

## **Educação Ambiental em tempos de Mudanças Climáticas**

*Texto-base para a formulação de um documento referencia na abordagem da Educação Ambiental em relação às Mudanças Climáticas.*

### *1. Introdução:*

O aquecimento global, provocado pelo acúmulo de gases de efeito estufa na atmosfera, causa profundas mudanças no sistema climático comprometendo e ameaçando a qualidade de vida no Planeta. O enfrentamento desta questão se apresenta como um dos desafios mais importantes que a humanidade já enfrentou. O cenário das Mudanças do Clima é complexo, multidisciplinar e abrangente e, de uma forma ou de outra, em maior ou menor escala, suas conseqüências afetarão a todos em todos os lugares.

O cenário climático atual exige a constituição de novas escolhas no estilo de vida de nossa sociedade, mudanças de atitudes individuais e coletivas na relação com o meio natural, rupturas paradigmáticas, mudanças de valores no uso e apropriação dos recursos e fontes energéticas e a experimentação de diferentes encontros-subjetividades no cotidiano.

O WWF-Brasil e o Instituto Ecoar, juntamente com membros de Universidades, das Redes de Educação Ambiental e de organizações não governamentais, entendem que a Educação Ambiental brasileira, em sua missão transformadora, pode desempenhar um papel essencial na promoção de uma profunda reflexão sobre o paradigma vigente.

Pode atuar no estímulo ao engajamento da sociedade, na disponibilização de aporte teórico aos educadores e agentes sociais para que atuem qualificadamente no combate ao aquecimento global, tanto no plano educativo como na implementação de agendas ambientais e projetos práticos (conservação de florestas, redução da pegada ecológica, energia, construções verdes, consumo sustentável, reciclagem, agricultura sustentável), na redução de nosso impacto no meio ambiente e na influência de políticas públicas que contribuam com a construção de sociedades sustentáveis.

Assim, as duas instituições promoveram no dia 25 de junho de 2009 em Brasília um encontro com educadores e educadoras ambientais das diversas regiões do país com o intuito de contribuir para um grande debate nacional sobre a interface Educação Ambiental /Mudanças Climáticas.

O resultado deste encontro está refletido no documento base, que passamos a apresentar e que está ancorado em princípios e diretrizes do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992) e no Eixo Temático IV (Educação e Cidadania Ambiental) do documento aprovado na III Conferência Nacional de Meio Ambiente (2008).

### *2. A Educação Ambiental perante as mudanças climáticas.*

Uma relativa inércia da sociedade frente à questão das mudanças climáticas decorre tanto do desconhecimento do fenômeno quanto do afastamento generalizado da vida política.

A não percepção das conexões existentes entre nossas opções cotidianas de locomoção, a emissão de gases de efeito estufa e o conseqüente aumento da temperatura da Terra; entre o desmatamento da Amazônia e da Mata Atlântica e a desertificação em partes do sul do país; a quantidade de resíduos produzidos e o aumento do nível dos oceanos; o assoreamento dos rios, a impermeabilização de solos e as enchentes; o consumo desenfreado e o esgotamento dos recursos naturais demonstram, de forma inequívoca, a necessidade da Educação Ambiental se voltar para este tema de forma crítica e transformadora.

A Educação Ambiental pode lançar um novo olhar sobre as Mudanças Climáticas que não seja apenas pautado por alternativas mercadológicas e tecnológicas, mas que aponte para transformações sociais que permitam enfrentar e minimizar as causas da degradação socioambiental, que tem no aquecimento global a sua mais explícita tradução.

À EA cabe aprofundar o debate junto à sociedade e governos sobre o aquecimento da Terra e as mudanças socioambientais globais promovendo questionamentos sobre a manutenção da Vida e os nossos destinos enquanto humanos e humanidade apresentando propostas articuladoras que agreguem conhecimento local às novas tecnologias,

A EA pode ser o campo do conhecimento que explicita a complexidade da crise civilizatória e coloca este paradigma na reconstrução das práticas pedagógicas e sociais, um instrumento que promova uma ampla reflexão sobre a problemática da governança planetária; pode fazer a mediação entre a base da sociedade, os governos e organismos internacionais, apresentando propostas articuladoras que agreguem conhecimento científico, saberes locais e tecnologias de informação e comunicação, e estimulando ainda o acompanhamento das ações de gestores e parlamentares.

É essencial que o educador e a educadora ambiental estejam atentos para a complexidade da crise ambiental cuja compreensão é fundamental para a manutenção da vida no Planeta.

Dessa forma propomos a busca de diferentes caminhos, de elaborar e disseminar informações e processos de construção de conhecimentos, requisitos essenciais ao enfrentamento dos desafios do nosso tempo.

Para tanto, precisamos, com rapidez, “traduzir” nossas leituras sobre os cenários atuais – aquecimento global e mudanças socioambientais globais, visando objetivamente instrumentalizar os sujeitos de todas as localidades, de todos os extratos sociais, de todas as tendências políticas, de todas as religiões e culturas a constituir uma macro-visão sobre o tema, de forma a exercermos nossa cidadania planetária e a justiça social.

### *3. A capilarização do conhecimento sobre o fenômeno do aquecimento global e suas relações com as práticas e atitudes cotidianas.*

Diante da compreensão de que as mudanças climáticas são complexas e requerem visões múltiplas acreditamos que é necessário que os educadores e educadoras tenham acesso a materiais educativos de qualidade que tratem das raízes sócio-

históricas culturais da questão, sejam voltados às ações locais, tendo o sabor, a cara, a linguagem e a cor local. Simples, apesar de estar embasados em conhecimento científico; complexos, porém de fácil utilização; ofereçam exemplos, experiências e possibilidades de releituras a partir do dia a dia das pessoas e comunidades e contemplem as realidades das comunidades urbana, rural, periurbana e da floresta.

No que tange ao conteúdo, sugerimos que tratem da problemática global, mas estejam em consonância com os problemas locais, regionais, que considerem a história dos grupos, a dimensão individual e coletiva, a conexão local/global, as relações de produção, consumo e descarte dos resíduos do modelo capitalista estabelecendo as conexões com as questões climáticas. Sugere-se ainda que contemplem a relação produção/consumo, norte/sul, justiça social/justiça ambiental, rural/urbano e que sejam perpassados por valores éticos e políticos.

#### *4. A contribuição da EA na formulação de projetos práticos e políticas públicas transformadoras.*

Ao longo das últimas décadas a Educação Ambiental tem promovido no Brasil milhares de projetos e ações locais que na maioria das vezes, são, de per si, mitigadores da emissão de gases de Efeito Estufa, uma vez que estão imbuídos de princípios, critérios e diretrizes ambientais e ecológicas.

No entanto, em uma visualização inicial, podemos identificar que não temos no campo da EA, indicadores e resultados que apontem especificamente para a redução de emissões e tampouco para a adaptação de comunidades vulneráveis aos efeitos do cenário climático que já se apresenta.

O esforço requerido é o de estabelecer os vínculos entre as experiências desenvolvidas, o aquecimento global e suas conseqüências, formulando metodologias para o planejamento e gestão participativos de projetos locais, práticos, mensuráveis e de inspiração transformadora.

Os dados, gráficos e mapas de vulnerabilidade existentes ou em elaboração das diversas regiões do país, disponibilizados pelo IPCC e outras instituições precisam ser apresentados às populações que estão sendo ou serão afetadas pelo fenômeno climático, acompanhados de análises e interpretações, causalidade, reflexão e propostas de ação. Os educadores e educadoras ambientais brasileiros têm habilidade e conhecimento para assumir este papel protagônico.

Como os ciclos da natureza são elementos cruciais na história dos povos tradicionais e na medida em que estes ciclos vêm sendo alterados pelo aquecimento global, gerando insegurança e instabilidade às comunidades, a atuação dos educadores ambientais nesta área precisa ser redimensionada à luz da nova realidade, não descartando o conhecimento tecnológico e a troca e diálogo de saberes.

A necessidade urgente de mudanças no estilo de vida e nos hábitos de consumo, de revisão do modelo econômico de produção, de transporte e locomoção, das práticas de descarte, dentre outros, exigem ações de grande abrangência. O diálogo e a relação com a mídia podem propiciar conquistas na disseminação de projetos voltados à sustentabilidade e à mudança de paradigma.

### 5. Conclusão e encaminhamentos.

No encontro de Brasília foram estabelecidas 03 linhas de ação prioritárias da Educação Ambiental em relação às Mudanças Climáticas:

1. Mapeamento de ações, projetos e programas de EA no país e o estabelecimento de conexões entre seus resultados e a mitigação do aquecimento global;
2. Formação de formadores;
3. Inserção da EA em documentos, programas, fóruns e negociações que definem as políticas públicas de Mudanças Climáticas nos âmbitos nacional, estadual e municipal, como no eixo 06 do documento Base da Conferencia Nacional de Educação – CONAE.

Este documento será apresentado, para discussão e ampliação, no VI Fórum de Educação Ambiental no Rio de Janeiro e no Congresso Ibero Americano; será circulado nas redes de Educação Ambiental e fará parte do documento crítico do Observatório do Clima sobre o Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

### 6. Relação dos participantes do encontro de Brasília

Antonio Fernando Guerra – Universidade do Vale do Itajaí, Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental - REASUL  
Bruno Reis - WWF – Brasil - DF  
Efraim Neto – Rede de Jornalistas Ambientais - BA  
Fabio Cascino – Instituto Paulo Freire - IPF - SP  
Fabio Deboni – Educador - DF  
Franklin de Paula Junior – Secretaria de Recursos Hídricos - MMA – DF  
Heitor Medeiros – Universidade Estadual do Mato Grosso e Rede Matogrossense de Educação Ambiental - REMTEA – MT  
Irineu Tamaio – WWF- Brasil - DF  
José Luciano Araújo – Instituto Ecoar para a Cidadania – SP  
Maria Alice Cintra (Lilite) – Grupo Ambientalista da Bahia - Gambá - BA  
Luiz Ferraro - Universidade Estadual de Feira de Santana – BA  
Marcos Sorrentino – ESALQ-USP – Piracicaba – SP  
Maria Inês Gasparetto Higuchi – Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas - INPA - AM  
Mariana Valente – WWF – Brasil - DF  
Miriam Duailibi – Instituto Ecoar para a Cidadania – SP  
Moema Viezzer – Instituto Comunicação Solidária - Comsol - PR  
Rangel Mohedano – Coordenadoria Geral de Educação Ambiental - MEC – DF  
Ricardo Burg – MMA - DF  
Vângela Maria Nascimento – Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Prefeitura de Rio Branco - AC